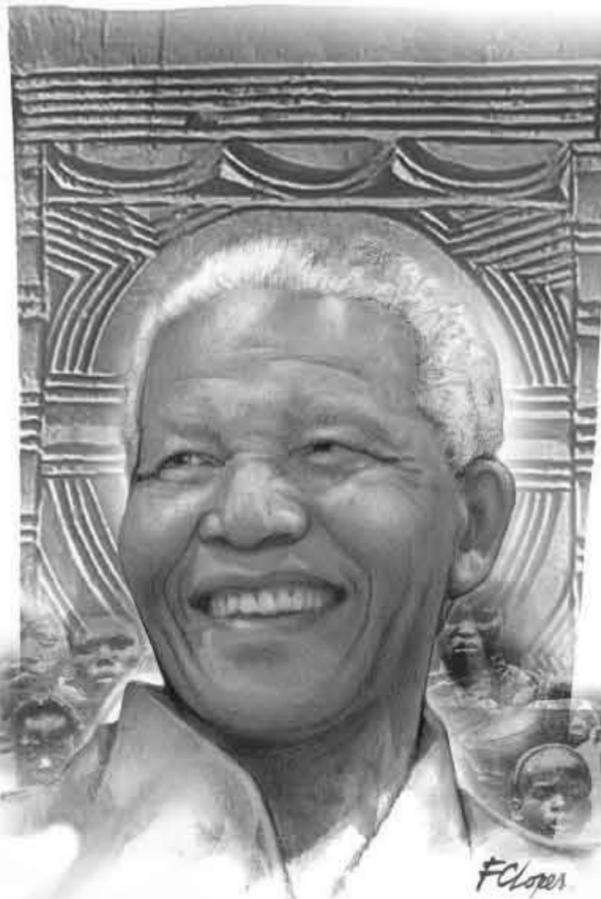


Nelson “ubuntu” Mandela

SACHA CALMON

Advogado, coordenador da especialização em direito tributário das Faculdades Milton Campos, ex-professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) no Rio de Janeiro



negra no país. Na campanha “contra as leis injustas” foi preso, mas obteve “sursis”. Continuou na luta pelos direitos civis, mas, em 1960, após um massacre de negros pela polícia branca, abandonou a “não violência” e entrou na luta armada contra o regime. Estudou os mestres da guerrilha: Mao Tsé-Tung, Che Guevara e Menachem Begin, que fazia atentados na Palestina contra os ingleses antes de a ONU criar Israel. Mas preferiu o caminho da “sabotagem constante”, ao da guerra civil ou do terrorismo “porque não envolvia a perda de vidas”. A ideia era destruir usinas, linhas telefônicas, quartéis, criar insegurança, assustar os investidores estrangeiros, o que lhe valeu em 1964 a prisão perpétua.

A luta crescia. Mandela tornou-se líder lendário. O CNA personalizou nele a luta pela libertação dos presos políticos. O governo branco, à sua vez, procurava um líder com apelo popular para evitar a guerra civil. Por três vezes, o governo ofereceu-lhe a liberdade em troca de concessões. Mandela recusou-as. Em 1990, foi libertado incondicionalmente, como queria. Fora da prisão, liderou com o branco De Klerk as negociações

que resultaram na Constituição sul-africana e nas eleições gerais de 1994.

Eleito presidente, convidou para a posse três guardas brancos do presidio. A maior intuição de Mandela foram as “comissões da verdade e da reconciliação”, bases de uma futura sociedade multiétnica pacificada (brancos, negros e indianos). Não resolveu — nem poderia — todos os imensos problemas da África do Sul, mas lhe deu rumos para o futuro.

Casou-se três vezes, a última com Graça Machel, viúva do presidente Samora Machel, de Moçambique, de fala portuguesa. Sobre ele testemunhou o nosso maior estadista vivo, Fernando Henrique Cardoso: “Sua figura humana me marcou profundamente. Mandela é um desses homens raríssimos que têm uma aura própria, um magnetismo que não se sabe bem de onde vem, mas que contagia a todos. Quando entrava numa sala, era como se o ar se carregasse de eletricidade”.

Para encerrar, “ubuntu” significa que o homem só é homem quando reconhece no “outro” um ser igual a si próprio (a dignidade imane dos negros bantos há milênios).



ARI CUNHA
DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

ari.cunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Mercado de mães

Matéria publicada em uma revista para pais faz um comparativo com as tarefas das mães e de profissionais que trabalham com relações públicas, faxina, coordenação de eventos, pedagogia, recreação, cozinha, arrumação, lavanderia, transporte, enfermagem, moda e por aí vai. O objetivo é calcular o valor que receberiam as mães por todo o trabalho que realizam. Interessante é que a fonte da matéria é o portal norte-americano Salary.com. Segundo o site, a remuneração chegaria a R\$ 20 mil por mês. Manipulada, a sociedade vai se deixando levar por um tipo de aberração como essa. Família, em breve, será citação histórica. Pais se isentam de educar os filhos, passando às escolas a obrigação. De repente, com a separação dos pais, uma criança passa a dividir o quarto com um irmão que acabou de ganhar. No pacote, primos e novos avós. O aborto vai chegando devagarzinho, até que, pelo clamor da sociedade (fabricado pelos fantasmas ideológicos e financeiros), se instala de vez. Agora essa. Pelas horas acordada, pelos momentos curtidos durante a amamentação, pelas viagens e festinhas, há alguém no mundo norte-americano capaz de precificar a maternidade. Se a moda pega, Papai Noel vai vender mães.

» A frase que foi pronunciada

“Não me julgue pelos meus sucessos, mas pelo número de vezes que caí e me levantei.”

Nelson Mandela

Novidade

» A Comissão de Agricultura do Senado aprova projeto com regras para o vinho colonial. É muito importante para as famílias produtoras que a bebida seja regulada na produção e na comercialização, além de ter regras definidas para registro. O projeto do deputado federal licenciado e atual ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, segue para o plenário.

Renovar

» Pediatras modernos condenam o chazinho para bebês. O livro do Dr. Delamare tem que passar por atualização.

Casa do Ceará

» Com festa, animação e cumprimentos, surgiu a expressão “Quero o Ceará”, em ofício recebido nos estados, logo elogiado e espalhado por toda parte. Burocracia humanizada.

Ouvir

» Foi bom o resultado do trabalho da Ouvidoria da Polícia Militar durante a consulta à população na plataforma superior da Rodoviária. Nada do que foi ouvido era novidade. Mas valeu a iniciativa de dar chance ao povo de falar.

Oportunidade

» Até o dia 20, a Carreta da Mulher vai ficar em frente à Administração Regional de Sobradinho II. Exames de mamografia, ultrassom e preventivos de câncer de colo do útero são oferecidos gratuitamente, além da consulta.

É melhor

» Mal-explicada, a campanha publicitária da Caixa dá a impressão ao telespectador de que, com um cartão cedido pelo governo, o beneficiário de programas habitacionais pode escolher eletrodomésticos para preencher a nova morada. Não é bem assim. Trata-se de uma facilidade para o financiamento. É tudo pago, não dado.

Gênero e direitos humanos

» ELEONORA MENICUCCI

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Celebramos em 10 de dezembro o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Instituído em 1950 pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi um passo fundamental para lembrar as violências perpetradas cotidianamente contra mulheres, homens e crianças em todos os continentes.

Este ano, a data foi marcada por um evento de repercussão mundial. Chefes de Estado e autoridades da maioria dos países reuniram-se em Johannesburgo para os funerais daquele que é considerado o maior defensor dos direitos humanos do século 20, Nelson Mandela. Não é preciso repetir aqui a história de sua luta heroica pelos direitos humanos dos sul-africanos. Basta frisar o que ele representa na busca incessante de garantir uma vida digna para seu povo, sem violência e sem discriminação racial.

Celebremos, portanto, Mandela, mas, também, todas as pessoas anônimas que, diariamente, buscam meios de exterminar tudo o que atente contra os direitos humanos. E em uma sociedade democrática, a condição de igualdade entre homens e mulheres é o princípio fundador dos direitos humanos. Um novo olhar que faz toda a diferença.

Esse novo olhar afirma que a promoção da igualdade social e de gênero tem que estar necessariamente articulada com o processo sustentável de desenvolvimento socioeconômico. Instala-se, assim, um novo paradigma

de atuação pública, que prioriza não apenas a redistribuição de renda e o combate à pobreza, mas também a eliminação de todas as demais formas de desigualdade, sobretudo as que atingem as mulheres.

Nas últimas décadas, nossas conquistas no campo dos direitos humanos das mulheres foram expressivas na educação, no mercado de trabalho, no combate à violência doméstica, na participação no desenvolvimento nacional e no reconhecimento das múltiplas desigualdades. As políticas públicas tornaram-se um marco importante de proteção a esses direitos. Estes foram assegurados na área de saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva; na segurança, desde 2006 reforçada pela Lei Maria da Penha; na educação, na titularidade da terra, no acesso à moradia, no trabalho, na renda e na previdência social, além do acesso aos direitos civis e políticos.

Programas como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida Melhor, Programa Nacional de Documentação, Pronaf Mulher, Rede Cegonha, entre outros, afirmam o protagonismo das mulheres urbanas e rurais nas políticas do governo federal. E têm impactos significativos em suas vidas privadas, nas famílias e nas comunidades em que estão inseridas.

O enfrentamento à violência de gênero tem sido travado pelos movimentos feministas e de mulheres com a consideração desse tipo de violência como um problema

de violação dos direitos humanos. É a discriminação que mais afeta a qualidade de vida, gera insegurança, medo e sofrimentos e até a privação do direito à liberdade. A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, na coordenação e na execução da política de enfrentamento à violência, reafirma o reconhecimento dos direitos humanos fundamentais de proteção e participação desses direitos.

A efetiva implementação da Lei Maria da Penha e o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem sido peças fundamentais nas ações repressivas contra os agressores. Aprofundamos tais ações com o lançamento este ano do Programa Mulher Viver sem Violência e sua implantação já no primeiro semestre de 2014. Ele consolida e amplia a política de segurança, com a integração em um mesmo espaço de serviços essenciais para um atendimento rápido, seguro e humanizado.

Fazer avançar ainda mais a igualdade de direitos entre homens e mulheres é um desafio que deve estar presente na vida de homens e mulheres deste país. Eles vão além dos aqui mencionados, pois se trata de evidenciar a necessidade de mudanças profundas na erradicação das desigualdades de gênero. É bom lembrar que os custos sociais, econômicos e políticos das desigualdades acabam por onerar não apenas as mulheres, mas toda a sociedade e, sobretudo, comprometer as futuras gerações.

» História de Brasília

O fato de não ter havido anúncio da operação também deixa dúvidas, porque, se a maioria soubesse do critério seguido, teria procurado, com antecedência, as propostas, não somente no dia 1º, data da abertura da Carteira. (Publicado em 6/7/1961)